

Cimi apela à oposição para constituir a CPI

Da Sucursal de
BRASÍLIA

"A serviço de quem está a Funai? Dos índios, dos latifundiários, de alguma instituição? Será que sua política está orientada para a preservação e orientação do indígena nacional ou obedece a imposições não se sabe de quem?"

Estes foram alguns dos pontos destacados ontem pelos secretários executivo e adjunto do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — padres Antonio Iasi e Egidio Schwade, junto ao líder da oposição na Câmara, deputado Laerte Vieira, para defender a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquerito destinada a apurar a atual política indigenista da Fundação Nacional do Índio — Funai.

Comparecendo ao gabinete de Laerte Vieira no final

da tarde, os dois missionários denunciaram que os índios estão sofrendo graves violações em seus direitos, sendo a Funai a causadora de muitos deles.

Acentuando que o Cimi vem se empenhando em criar novas linhas de ação missionária, com o propósito de salvar cultural e biologicamente o que ainda resta do índio, os missionários consideravam que o trabalho que a Funai vem desenvolvendo nas margens da rodovia Manaus-Caracará é simplesmente atentatório aos direitos humanos, pois se reveste de imposições terríveis aos índios, que vez por outra são obrigados a matar seus maiores amigos, como ocorreu com o sertanista Gilberto Pinto.

Sobre o Parque do Xingu — "uma vergonha internacional", segundo os missionários — criticaram a passagem da rodovia BR-080

pelo parque, permitida pela Funai, que cortou-o em dois e criou uma faixa de acesso às terras da reserva e um ponto de atração para os índios que ali vivem. Para os dois missionários, a passagem da rodovia por dentro do Parque do Xingu, considerado até bem pouco tempo como um exemplo para o mundo, põe a perder o trabalho dos irmãos Villas Boas.

Os secretários executivo e adjunto do Cimi, em expediente entregue ao líder Laerte Vieira, destacam que, em certa época, o general Ismarth de Araujo Oliveira, presidente da Funai, os autorizou a promover pesquisas junto aos grupos indígenas para conhecimento direto e exato da Funai — e por vezes também da opinião pública — das clamorosas injustiças de que são vítimas os índios. Esse trabalho foi realizado nos Estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Sul do País e nos Territórios de Rondônia e Roraima. "A divulgação dos fatos, contudo — prosseguem — não foi do agrado da Funai, que procurou ocultá-los ou mascará-los. Como represália, o mesmo general Ismarth de Araujo Oliveira proibiu que elementos do Cimi entrassem em áreas indígenas, alegando terem eles violado um pacto de cavalheiros.

"Não obstante essa proibição, o Cimi vem se inteirando, direta ou indiretamente, de graves ocorrências em áreas indígenas, cujas causas, por ação ou omissão, devem ser atribuídas ao órgão oficial de proteção ao índio, razão porque achamos que é chegada a hora do MDB, como em outras ocasiões tem feito, empenhar-se na defesa dos direitos humanos encarnados nessa minoria étnica".

O líder da oposição ficou de estudar a possibilidade da constituição de mais essa CPI, uma vez que atualmente já se encontram em funcionamento as cinco que são permitidas pela Constituição e pelo regimento interno da Câmara.